



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

## **PROJETO DE LEI N.º 2.420, DE 2019** **(Do Sr. José Medeiros)**

Altera a Lei 9.099, de 26 de setembro de 1995, que dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais e dá outras providências, para prever a possibilidade de representação do consumidor por advogado ou procurador constituído para a finalidade.

**DESPACHO:**

APENSE-SE AO PL-1606/2019.

**APRECIÇÃO:**

Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II

**PUBLICAÇÃO INICIAL**

Art. 137, caput - RICD

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta lei altera a Lei 9.099, de 26 de setembro de 1995, que dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais e dá outras providências, para prever a possibilidade de representação do consumidor por advogado ou procurador constituído para a finalidade.

Art. 2º O art. 9º da Lei 9.099, de 26 de setembro de 1995, passa a vigorar acrescido do seguinte §5º:

Art. 9º .....  
.....

§5º Tratando-se de relação de consumo, o consumidor poderá se fazer representar por advogado ou preposto com poderes para transigir. (NR)

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

## **JUSTIFICAÇÃO**

Os Juizados Especiais Cíveis são um importante meio de acesso à justiça, pois permitem que cidadãos busquem soluções para seus conflitos cotidianos de forma menos burocrática e custosa. Atualmente, essa é a principal via de resolução de litígios referentes às relações consumeristas.

O procedimento de tais juizados é orientado pelo princípio da pessoalidade, previsto no art. 9º da Lei nº 9.099/95, pelo qual é obrigatório o comparecimento pessoal da parte autora à audiência de conciliação e julgamento. Embora tal dispositivo vise o estímulo à solução consensual dos litígios, ele acaba por onerar o consumidor que busca o reconhecimento do seu direito ao não permitir que este possa se fazer representar em juízo.

Por isso, apresentamos a presente proposição para permitir, tratando-se de relação de consumo, que o consumidor possa se fazer representar por advogado ou por preposto com poderes para transigir. Se aprovada, a alteração permitirá que o consumidor não precise estar presente em audiência, podendo ser representado por procurador devidamente constituído.

Ressaltamos que o mesmo art. 9º da Lei nº 9.099/95 excepciona o comparecimento pessoal para o réu pessoa jurídica ou titular de firma individual, o qual pode ser representado por preposto credenciado. Ou seja, no caso de uma

relação de consumo, o fornecedor pode se fazer representar por preposto, enquanto o consumidor tem de comparecer à audiência. Percebe-se, portanto, que a nossa iniciativa não desnatura o objetivo da lei, mas busca proporcionar uma condição de igualdade de direitos para os consumidores.

Certamente, antes de procurar os meios judiciais, o consumidor despendeu bastante tempo para tentar solucionar seu problema e, possivelmente, também arcou com custos da violação dos seus direitos. É incompreensível que, além de tudo, ele ainda tenha de apresentar-se pessoalmente em juízo para realização de acordos.

O comparecimento pessoal em juízo impõe ao consumidor os ônus do deslocamento, da ausência ao trabalho e do afastamento das obrigações que fazem parte da sua rotina, o que pode acarretar prejuízos financeiros a ele. Na prática, o consumidor acaba por desistir de buscar a tutela jurisdicional por considerar que o litígio será demasiadamente oneroso para ele. Assim, a previsão vigente desestimula o consumidor a buscar a plena defesa de seus direitos em vez de facilitar o seu acesso à justiça.

Não podemos nos esquecer o consumidor é a parte mais frágil da relação de consumo. Enquanto o fornecedor possui todos os meios técnicos e financeiros para atuar no mercado, o consumidor tem restrições próprias da sua condição de vulnerabilidade no mercado de consumo.

Por todo o exposto, certos de que a iniciativa contribuirá para o aprimoramento da legislação e para a devida proteção aos consumidores, peço aos nobres pares o apoio para a aprovação da presente proposta.

Sala das Sessões, em 17 de abril de 2019.

Deputado JOSÉ MEDEIROS

**LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA**  
 Coordenação de Organização da Informação Legislativa - CELEG  
 Serviço de Tratamento da Informação Legislativa - SETIL  
 Seção de Legislação Citada - SELEC

**LEI Nº 9.099, DE 26 DE SETEMBRO DE 1995**

Dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais e dá outras providências.

**O PRESIDENTE DA REPÚBLICA**

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

.....

**CAPÍTULO II**  
**DOS JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS**

.....

**Seção III**  
**Das Partes**

.....

Art. 9º Nas causas de valor até vinte salários mínimos, as partes comparecerão pessoalmente, podendo ser assistidas por advogado; nas de valor superior, a assistência é obrigatória.

§ 1º Sendo facultativa a assistência, se uma das partes comparecer assistida por advogado, ou se o réu for pessoa jurídica ou firma individual, terá a outra parte, se quiser, assistência judiciária prestada por órgão instituído junto ao Juizado Especial, na forma da lei local.

§ 2º O Juiz alertará as partes da conveniência do patrocínio por advogado, quando a causa o recomendar.

§ 3º O mandato ao advogado poderá ser verbal, salvo quanto aos poderes especiais.

§ 4º O réu, sendo pessoa jurídica ou titular de firma individual, poderá ser representado por preposto credenciado, munido de carta de preposição com poderes para transigir, sem haver necessidade de vínculo empregatício. [\*\(Parágrafo com redação dada pela Lei nº 12.137, de 18/12/2009\)\*](#)

Art. 10. Não se admitirá, no processo, qualquer forma de intervenção de terceiro nem de assistência. Admitir-se-á o litisconsórcio.

.....

.....

**FIM DO DOCUMENTO**